

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020**  
**(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)**

Requer ao Ministro do Meio Ambiente informação quanto à reestruturação administrativa do ICMBio no Estado do Rio Grande do Norte, instituída pela Portaria Nº 433, de 11 de maio de 2020.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as informações deste Ministério, abaixo listada.

Para deliberar pela reestruturação administrativa do ICMBio no Estado do Rio Grande do Norte:

- 1) este Ministério realizou estudo prévio sobre o impacto para a fiscalização e monitoramento na Gestão Ambiental das Unidades de Conservação afetadas pela centralização administrativa, dentro da sede do órgão do ICMBio em Mossoró?
- 2) este Ministério considerou que a Floresta Nacional de Açu (FLONA de Açu) localiza-se contígua à área urbana de Assú, estando constantemente sujeita a diferentes tipos de pressões e ameaças antrópicas, o que justifica a necessidade da presença diária dos funcionários do ICMBio na unidade?
- 3) este Ministério considerou que a FLONA de Açu não possui zona de amortecimento e que o cercamento da unidade é uma barreira frágil, que não impede ameaças antrópicas nas unidades, o que evidencia (i) a necessidade da presença diária e da atuação vigilante dos servidores lotados na UC; e (ii) a urgência da ampliação do quadro de funcionários que a unidade possui hoje?

- 4) este Ministério consultou os Conselhos das três unidades de conservação, FLONA DE AÇU, PARNA FURNA FEIA E ESEC CASTANHÃO, afetadas por tal decisão, para conhecer o posicionamento dos conselheiros quanto às mudanças previstas?
- 5) este Ministério considerou que as unidades de Conservação FLONA DE AÇU, PARNA FURNA FEIA E ESEC CASTANHÃO estão distantes e que possuem classificações, características e elementos geoambientais diferentes, o que descaracterizaria e inviabilizaria a formação de um NGI?

Outrossim, por ter deliberado pela reestruturação administrativa do ICMBio no Estado do Rio Grande do Norte, este Ministério precisa responder, ainda:

- 6) quem realizará as atividades, funções, fiscalização e manutenção da Flona de Açú e ESEC Castanhão, uma vez que a Portaria Nº 433, de 11 de maio de 2020 determina que os funcionários do ICMBio lotados nessas UCs passarão a trabalhar no ICMBio em Mossoró?
- 7) Como as unidades de conservação passarão a integrar uma NGI se os planos de manejo das mesmas não preveem tal mudança?
- 8) Há intenção de fechar as Unidade de Conservação FLONA DE AÇU E ESEC CASTANHÃO, uma vez que se retirará todos os seus funcionários dos receptivos municípios sede das unidades de conservação?

## JUSTIFICAÇÃO

Incorporo como justificativa a seguinte Nota do Partido Verde do Estado do Rio Grande do Norte:

### N O T A

*O Partido Verde do RN vem ao público externar apoio ao Manifesto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campus*

de ASSU, publicado na manhã de 29 de maio de 2020, Dia do(a) Geógrafo(a), e que versa sobre o pedido de REVOGAÇÃO da Portaria Nº 433, de 11 de maio de 2020.

A citada portaria faz alusão à reestruturação administrativa do ICMBio no Estado do Rio Grande do Norte, e que, no caso específico, passa a lotar a sede de todas as suas Unidades de Conservação (UC's) em Mossoró. Assim, os servidores anteriormente sediados e presentes nas bases das Unidades de Conservação da Natureza FLONA ASSU e PARNA da Fuma Feia, no Rio Grande do Norte, e o ISEC do Castanhão, no Ceará, foram todos transferidos para o Núcleo de Gestão Integrada – NGI, em Mossoró.

O Partido Verde, no Rio Grande do Norte, **entende que esta centralização administrativa dentro da sede do órgão do ICMBio em Mossoró gera (i) uma grande fragilidade da Gestão Ambiental das Unidades de Conservação afetadas pela decisão; (ii) reduz a capacidade e eficácia das ações de fiscalização e monitoramento ambiental dentro destas UC's; (iii) e abre a possibilidade para a ocorrência de ações danosas à fauna e à flora destes espaços protegidos.**

Pautados pelo princípio da prevenção e da precaução, bem como dos princípios que norteiam a administração pública, o PARTIDO VERDE no Rio Grande do Norte pede a REVOGAÇÃO da Portaria Nº 433 de 11 de maio de 2020.

Natal, 30 de maio de 2020 (Dia Nacional do Geólogo)  
Professor RIVALDO FERNANDES PEREIRA  
Presidente Estadual do PV

(grifei e sublinhei)

Diante desses fatos e verificado ser o tema de amplo interesse do Congresso Nacional, de suas Casas e Comissões, a teor do quanto disposto no art.116 do RICD, com a urgência que se faz necessária, requiro as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em, 03 de junho de 2020.

**ALEXANDRE PADILHA**  
Deputado Federal PT/SP

Apresentação: 03/06/2020 11:35

**RIC n.567/2020**

Documento eletrônico assinado por Alexandre Padilha (PT/SP), através do ponto SDR\_56341, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

